

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

Por: Moabe Breno Ferreira Costa

Anthony Giddens é sociólogo, diretor da London School of Economics e professor da Universidade de Cambridge. Também é conferencista e professor visitante de algumas das instituições mais importantes do mundo, como as universidades de Harvard, Stanford, Roma, Sorbonne. O pensador tem editado trinta e um livros, publicados em vinte e dois idiomas. O livro, **Mundo em descontrole**, é resultado de uma série de palestras realizadas em 1999 por Giddens, para a BBC de Londres.

A temática central discutida na obra refere-se aos efeitos da globalização sobre a sociedade tradicional. O autor estuda mudanças pelas quais estão passando culturas tradicionais, o choque entre a busca de integração e o fundamentalismo, as intolerâncias religiosas e as identidades nacionais e as incertezas criadas pelo processo de unificação em escala planetária. O livro é dividido em cinco capítulos: Globalização, Risco, Tradição, Família e Democracia, nos quais Giddens aponta mudanças já perceptíveis nos papéis de gênero, no casamento e no núcleo familiar.

No primeiro capítulo, Globalização, Giddens, apresenta uma nova abordagem sobre a temática, a partir da análise de dois grupos de pensamento sobre o fenômeno os 'céticos' e os 'radicais'. Os primeiros, apontam que o fenômeno não é uma novidade da contemporaneidade, visto que, trocas sociais, econômicas e mesmo questões políticas sempre existiram ao longo da história, com consequências tão catastróficas quanto às da atualidade. O outro grupo, os radicais, divergem dos céticos, afirmando que essa globalização é nova porque seus efeitos podem ser sentidos em toda parte, não atingindo apenas os envolvidos diretamente nos processos interculturais.

Para Giddens, essa globalização é nova e revolucionária por permitir a emergência de várias e divergentes formas de reações sobre os fenômenos globais. Assim, o autor aponta que esse novo momento, permite que grupos de resistência, por exemplo, elaborem mais facilmente, ações de auto-afirmação. Nesse sentido, a globalização caracteriza-se como um fenômeno político, econômico, tecnológico e cultural, potencializado pelos meios de comunicação, que possibilita as mesmas informações em todos os locais do mundo.

Destarte, o pensador britânico aponta que a globalização afeta tanto os grandes grupos quanto os pequenos, influenciando o ressurgimento das identidades culturais em todas as

partes do mundo. Contudo, o autor ressalva que esses efeitos dependem da estrutura organizacional do grupo. Nesse sentido, Giddens reafirma que a globalização cria grupos antagônicos (vencedores//perdedores; atual//arcaico; central//periférico). Desse modo, o autor percebe dois divergentes posicionamentos na contemporaneidade. O primeiro corresponde a uma analogia entre globalização e americanização, uma vez que os maiores símbolos da globalização são americanos (coca-cola, Mcdonald, Hollywood...). Em contra partida, há uma onda mundial de adaptação aos costumes de países em desenvolvimento (principalmente referente às questões religiosas) bem como uma certa aceitação de produtos oriundos destes locais. A essa influência ‘inversa’ o autor denomina de ‘colonização inversa’.

Finalizando o capítulo, o sociólogo atenta para a necessidade das nações e os pequenos grupos que a compõem repensarem as suas identidades, considerando os riscos e perigos que advém desse processo de trocas mútuas e instantâneas. Afinal, instituições como família, escolas, igrejas, exibem e ostentam hábitos que não correspondem às praticas cotidianas. O fato é que o mundo tornou-se uma sociedade cosmopolita global, onde as influências são mútuas, mas ocorrem de forma anárquica e fortuita. Portanto, a atual globalização “não é firme nem segura, mas repleta de ansiedades bem como marcada por profundas divisões” (GIDDENS, 2003, p.29), por isso a necessidade de reconstrução das instituições sociais ou mesmo a criação de novas, tarefas repletas de riscos. Tema que o autor discute no segundo capítulo.

Segundo Giddens (2003, p.33), risco corresponde a “infortúnios ativamente avaliados em relação a possibilidades futuras”. Portanto, o termo tem um sentido amplo para as sociedades que entendem o futuro como um espaço a ser conquistado. Esse conceito está atrelado às sociedades que buscam incondicionalmente romper com o passado, característica primordial das civilizações industriais. Nesse sentido, a aceitação da existência do risco corresponde a uma forma calculista de ver o mundo, através da qual, prescinde-se várias possibilidades de reações aos acontecimentos, investimentos e novidades propostas pela vida capitalista.

O risco é a dinâmica mobilizadora de uma sociedade propensa à mudança, que deseja determinar seu próprio futuro em vez de confia-lo à religião, a tradição ou aos caprichos da natureza. O capitalismo moderno difere de todas as formas anteriores de sistema econômico em suas atitudes em relação ao futuro. Os tipos de empreendimento de mercado anteriores eram irregulares ou parciais. As atividades dos mercadores e negociantes, por exemplo, nunca tiveram um efeito muito profundo na estrutura básica das civilizações tradicionais, que permaneceram amplamente agrícolas e rurais (GIDDENS, 2003, p.34)

Como o capitalismo busca o acúmulo de lucro, o risco torna-se um processo contínuo, afinal, qualquer infortúnio, natural ou social, pode culminar na redução ou perda do lucro. Portanto, leis políticas de assistência social constituem-se como sistemas de proteção ao risco, quando se destina a proteger contra adversidades que antes eram tidas como desígnios dos deuses como doença, invalidez, desemprego, velhice, nesse sentido compreende-se o seguro como a afirmação de que as pessoas estão dispostas a assumirem riscos ou admitem a possibilidade de sua existência.

Por essa perspectiva, Giddens define dois tipos de riscos: os externos (vindos da tradição ou da natureza) e os riscos fabricados (derivados da ação humana). Esses riscos penetram em todas as áreas da vida. Afinal, com as mudanças sociais promovidas pela industrialização (que delimita riscos fabricados) o casamento e a família sofreram, e estão sofrendo mais ainda, profundas mudanças. Há três gerações, por exemplo, casar significava edificar uma instituição social, com base na tradição. Atualmente, o casamento corresponde a tamanha incerteza que é preciso normas jurídicas para sua estruturação. Assim, o casamento passa a corresponder a um risco fabricado pelas mudanças sociais ocorridas na modernidade.

Quanto mais a ciência e a tecnologia interferem na vida social, mais o homem percebe e admite a existência do risco e absorve o '*princípio do acautelamento*', em que se sustenta a incerteza científica (a dúvida). Contudo, independente da aceitação ou não desse princípio, Giddens reconhece que a atualidade está cheia de perigos criados pelo próprio homem tão ameaçadores quanto os riscos naturais. Estes riscos fabricados podem atuar tanto em esfera global, quanto podem afetar os indivíduos mais diretamente, como as questões referentes à dieta, à medicina e ao casamento, redefinindo, de qualquer modo, todas as estruturas sociais.

Nesse sentido, no terceiro capítulo do livro, Giddens discute a relação entre tradição e globalização. Partido da idéia de Hobsbawm de que as tradições são inventadas, o autor aponta para a necessidade da modernidade em criar tradições para servir como mecanismo de controle, uma vez que a tradição é propriedade de grupos, de coletividades ou comunidades. Assim, não seria o tempo de existência que caracteriza a tradição, mas sim, o ritual e a repetição, que, por sua vez, vão definir um tipo de verdade, que corresponderá à estrutura (a base) das ações sociais, que podem, em grande parte, não ser questionadas. Por essa acepção, nos países industrializados, instituições governamentais e econômicas definem a persistência da tradição.

Contudo, mudanças estão ocorrendo na contemporaneidade sob o impacto da globalização, afinal, na era atual, as ações não estão mais confinadas às áreas geográficas, mas têm repercussões globais. Isso implica no desprendimento tanto das instituições públicas, quanto da vida cotidiana da tradição, corroborando para a idéia da sociedade cosmopolita global.

No entanto, com frequência as tradições também sucumbem à modernidade, e em algumas situações isso vem ocorrendo para o mundo todo. Tradição que é esvaziada de seu conteúdo, e comercializada, torna-se *kitsch* – as bugigangas que se compram na loja do aeroporto. Tal como desenvolvida pela indústria da herança, herança é tradição reembalada como espetáculo. Os prédios restaurados nos locais turísticos, podem parecer esplêndidos, e a restauração pode parecer autêntica até os mínimos detalhes. Mas a herança que é assim protegida está dissociada da seiva da tradição que é sua conexão com a experiência que é a vida cotidiana. (GIDDENS, 2003, p.54)

O autor entende que as tradições também são necessárias em uma sociedade para dar continuidade e formar a vida social. Mas ele propõe que a tradição seja defendida e perpetuada de uma maneira não tradicional, o que se torna possível a partir das trocas culturais. Nesse sentido, a medida em que o papel da tradição muda, novas dinâmicas são introduzidas na vida social, constituindo por um lado, um empurra e puxa de ação e compulsividade, e, por outro, uma troca entre cosmopolitismo e fundamentalismo. Essas trocas, ao mesmo tempo em que mudam as estruturas mundiais, interferem na identidade do cidadão que se encontra no cerne da luta entre dependência e autonomia e entre fundamentalismo e cosmopolitismo, característica da atual globalização.

Com essa perspectiva, Anthony Giddens inicia o quarto capítulo, Família, enfocando que entre todas as mudanças que estão ocorrendo no mundo, as mais importantes são aquelas que ocorrem no nível do indivíduo. Sexualidade, relacionamento, casamento e família são aspectos sociais que estão sofrendo diretamente o impacto das transformações em nível global, cujas expressões de tais mudanças são perceptíveis no modo como as pessoas estão se relacionando, afinal em quase todos os locais do mundo estão se desenrolando discussões sobre igualdade sexual, a regulação da sexualidade e o destino da família. Mas as mudanças dependem da organização cultural em que vive o indivíduo. Contudo, para o autor, em qualquer contexto, essas são mudanças difíceis e perturbadoras, devido à dificuldade do homem em trabalhar suas questões emocionais.

As divergências culturais com relação à sexualidade, por exemplo, são remotas. Por muito tempo as mulheres eram vistas como propriedade dos homens, devendo viver para a

família; e a homossexualidade, por muito tempo, foi entendida como uma patologia. Somente após 1950, esse quadro começa a se modificar, com o ingresso das mulheres no mercado de trabalho. Essa nova postura feminina vai contribuir, em grande escala, para as mudanças na estrutura familiar. O casamento passa a ser visto como fundamento no amor romântico e não mais como contrato econômico (considerando que nas sociedades agrícolas a mulher não tinha o direito de escolher seu marido e geralmente sua vida familiar estava submetida aos negócios do pai).

Atualmente apenas uma minoria pode ser chamada de família padrão da década de 1950. Em alguns países, mais de um terço dos nascimentos ocorrem fora do matrimônio e a proporção de pessoas que moram sozinhas cresce cada vez mais. A vida familiar está sendo substituída pelo casal informal ou pela união informal. O casal da contemporaneidade passa a ser o cerne da família, desvinculando-se do parentesco. As relações estão fundamentadas na intimidade e na comunicação emocional, visto que, atualmente, as pessoas se preocupam com a idéia de relacionamento e não com a idéia de compromisso, como ocorria há tempos. O compromisso ainda existe, mas não é a base principal da união, contudo representa que o casal está vivendo de forma estável.

A posição das crianças também sofre alteração nesse contexto. As crianças são mais valorizadas porque são mais raras e são mais raras também porque representam mais encargos financeiros para os pais. Além disso, as decisões em ter um filho são guiadas por necessidades psicológicas e emocionais, afinal, como o casamento é um risco em que há a possibilidade de divórcio, é preciso pensar o efeito deste sobre os filhos, observando que a existência de muitas famílias sem pai aponta falhas no modo como as crianças são educadas.

Com essa observância sobre a relação pais-filhos, Giddens, nota três áreas principais em que a comunicação emocional está substituindo as relações tradicionais entre as pessoas – os relacionamentos sexuais e de amor, os relacionamentos pais-filhos e os relacionamentos de amizade. Para compreender esse novo modo de união entre as pessoas, o pensador desenvolve a idéia de relacionamento puro, no qual as recompensas derivadas de uma comunicação emocional são a base para a continuação do relacionamento.

O relacionamento puro tem uma dinâmica completamente diferente da de tipos de mais tradicionais de laços sociais. Depende de processos de confiança ativa – a abertura de si mesmo para o outro. Franqueza é a condição básica da intimidade. O relacionamento puro é intimamente democrático... se considerarmos o modo como um terapeuta vê um bom relacionamento – em qualquer das três esferas aqui mencionadas –

notaremos a existência de um impressionante paralelo com a democracia pública. (GIDDENS, 2003, p.70-71)

Para o autor o bom relacionamento é aquele em que os envolvidos têm direitos e obrigações iguais. Assim, o relacionamento puro é baseado na comunidade e caracteriza-se pelo fluxo de conversa, de diálogo e pela existência de uma confiança mútua, constantemente estimulada e trabalhada. Portanto, coerção, poder arbitrário e violência não condizem com a idéia de um bom relacionamento. Desse modo, o bom relacionamento corresponde a uma ação democrática e como tal, é um ideal, pelo qual subsiste emergência de uma democracia das emoções na vida cotidiana, ação tão importante quanto a democracia pública para o aperfeiçoamento da qualidade de vida.

Isso deve ser aplicado a todas os relacionamentos, inclusive os de pais e filhos. Na democracia das emoções os filhos devem e podem ter o direito de resposta. A autoridade, nesse modo de relacionamento, dá-se na base do respeito. Assim a democracia das emoções não admite distinções entre qualquer tipo de relacionamento. Para Giddens, os homossexuais foram os pioneiros na descoberta desse mundo de relacionamento fundamentado nas possibilidades, uma vez que, ao sair do armário, os gays não tinham como depender dos amparos normais (legais) da sociedade tradicional.

Contudo, a democracia emocional não anula as obrigações familiares muito menos as políticas públicas voltadas para as normas de regulamentação da família e das outras instituições sociais. Democracia significa aceitação das obrigações. Assim, a democracia emocional, não corresponde a uma ruptura com as imposições legais, mas sim uma luta entre cosmopolitismo e fundamentalismo, voltada para uma renegociação dos hábitos e valores da sociedade tradicional. Portanto, igualdade sexual, liberdade sexual das mulheres e dos homossexuais e redefinição da estrutura familiar marcam o afloramento de uma nova democracia, tema discutido no capítulo final e conclusivo do livro Mundo em Descontrole.

Giddens inicia o quinto capítulo relatando a importância dos meios de comunicação eletrônicos para o alastramento da democracia pelo mundo. Sob sua lógica, democracia é um sistema que envolve competição efetiva entre partidos políticos por cargos de poder, na qual há eleições regulares em que todos os membros da sociedade podem participar. Essa participação está atrelada à liberdade de expressão e discussão bem como à liberdade de formação de grupos e/ou associações políticas. Contudo, o funcionamento desse sistema organizacional está atrelado às peculiaridades culturais dos locais.

Desde a revolução francesa, que ocorre com fundamento nos princípios da democracia, cada vez mais esse sistema se alastra pelo mundo. Contudo, é a partir da década de 1970 que a democracia tem um grande avanço em todo o mundo. Uma possível explicação para esse fato, observa Giddens, é a relação entre democracia e livre mercado, proposta pelo pensamento ocidental. Contudo, o autor contra-argumenta essa percepção, ressaltando uma desilusão generalizada com os processos democráticos junto às democracias maduras (referindo-se aos países que aderiram à democracia há mais de um século), o que ele denomina '*paradoxo da democracia*'. Esse descontentamento pode ser detectado a partir das transformações sociais apontadas nos capítulos anteriores.

O paradoxo da democracia é um fenômeno estimulado fortemente pelos meios de comunicação, em especial os eletrônicos. Afinal, fatos históricos, como a demolição do muro de Berlim e a luta contra o *apartheid* (e pode-se acrescentar o episódio de 11 de setembro), que rapidamente tomaram uma dimensão mundial a partir das transmissões televisivas, influenciaram cidadãos conectados a questionarem sobre as relações políticas na atualidade. E nesse sentido, a difusão de comunicações alternativas (voltadas para o questionamento e posicionamento contra-hegemônico das relações sociais como um todo) aponta para a necessidade de descentralização e flexibilidade da comunicação global, uma vez que, na contemporaneidade o monopólio da informação, cada vez torna-se mais impraticável.

A revolução das comunicações produziu mais conjuntos conscientes de cidadãos do que havia antes. São exatamente esses desenvolvimentos que estão, ao mesmo tempo, produzindo descontentamentos nas democracias há muito estabelecidas. Num momento marcado pelo declínio das tradições, os políticos não podem contar com as velhas formas da poma e circunstância para justificar o que fazem. A política parlamentar ortodoxa fica distanciada da torrente de mudanças que passa impetuosamente pela vida das pessoas (GIDDENS, 2003, p. 82-83).

Pesquisas de opinião, realizadas em diferentes locais do ocidente, mostram que as pessoas estão perdendo a confiança nos processos democráticos ortodoxos e estão ansiosas por uma reestruturação da democracia, o que aponta que as pessoas não estão desinteressadas pela política, mas sim descrentes nos modelos atuais. Isso inclui os mais jovens, que são os mais céticos com relação a propostas de políticos, especialmente em suas críticas aos grupos opositores. Para os jovens, a política é uma atividade corrupta, na qual políticos são movidos por interesses pessoais e não têm condições de lidar com as forças econômicas que movem o mundo. Assim, as questões que mais movimentam a juventude estão centradas na ecologia,

nos direitos humanos, na política da família e na liberdade sexual. O que pode ser observado a partir da emergência de grupos ativistas com interesses específicos.

A questão final do livro é “como podem a democracia e o governo ativo se sustentar quando parecem ter perdido sua posição de vantagens nos eventos?” (GIDDENS, 2003, p.84). como resposta e sugestão, o autor aponta para uma ‘*democratização da democracia*’, uma forma de aprofundamento da própria democracia, no qual busca-se o descentramento efetivo do poder, criando medidas anticorrupções efetivas em todos os níveis. Também devem está atreladas a esse processo, uma reforma constitucional e a promoção de maior transparência das questões políticas. Isso implica na busca de procedimentos democráticos alternativos, principalmente quando estes podem contribuir pra uma maior interação entre políticos e a vida cotidiana da população, daí a importância dos atuais meios eletrônicos de comunicação. Contudo, esse processo, embora transnacional, deve está embasado ás necessidades e especificidades locais.

Giddens também propõe que os partidos políticos deverão se acostumar e aderir a grupos de causa única, que vem sendo uma forte realidade no ocidente. Esses grupos, geralmente, suscitam problemas e questões que muitas vezes são ignorados pela política ortodoxa. Assim, o autor finaliza com a idéia de que é impossível atuar na contemporaneidade com as esferas políticas, econômicas e sociais dissociadas. Estas devem formar um tripé interdependente, em que deve se basear a administração pública. A esse tripé, devem estar associados os meios de comunicação, que apresentam uma dupla relação com a democracia, atuando tanto como veículo de dominação quanto como espaço de discussão e banalização das ações tecnocráticas.